

NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA

Organização e supervisão de
PAULO SANDRONI

2001



EDITORA BEST SELLER

Copyright © Círculo do Livro, 1999

Todos os direitos reservados

Colaboradores da 1ª edição do Novíssimo Dicionário de Economia

Adriano Biava, Antônio Corrêa de Lacerda, Carlos Donizeti M. Maia, Claudemir Galvani, Cláudia Helena Cavalieri, Celso Waac Bueno, Cleusa Sacardo, Cristina Helene P. Mello, Francisco Vignoli, Gilmar Masiero, Gilval Mosca Froelich, Jair Pereira dos Santos, José Benedito Zarzuela Maia, José Márcio Camargo, Ladislau Dowbor, Márcia Flaire Pedrosa, Maria Teresa Audi, Orozimbo José de Moraes, Renaldo Antônio Gonçalves, Ricardo Bonanno, Rubens Sawaya, Saulo de Tarso e Sousa, Sigmar Malvezzi, Sílvio Miyazaki (consultoria) Alessandro Maia Carmona, Christina M. Borges, Gilvanir Batista da Silva, Jorge Luís Okomura, Luciano Nava, Luís Alberto M. Sandroni, Marise Rauen Viana, Mateus Dias Marçal (pesquisa)



CÍRCULO DO LIVRO

Direitos exclusivos da edição em língua portuguesa no Brasil
adquiridos por Círculo do Livro Ltda.
que se reserva a propriedade desta tradução



EDITORA BEST SELLER

uma divisão do Círculo do Livro Ltda.
Rua Paes Leme, 524 - 10º andar - CEP 05424-010
Caixa Postal 9442 - São Paulo, SP

2001

Impressão e acabamento: Gráfica Círculo

porciona os estímulos necessários (expectativa de ganhos) e restrições (responsabilidade financeira) para decisões inovadoras que envolvam riscos. Schumpeter contestava a relevância desse argumento, dizendo que na economia capitalista a propriedade e a gerência das empresas também se encontravam *separadas* entre acionistas e gerentes. O outro tipo de crítica acentuava a característica de equilíbrio estático apresentada pelo modelo, o que poderia comprometer a dinâmica do desenvolvimento a médio e longo prazos, trazendo grande instabilidade e crises para a economia, o que somente poderia ser sanado pela existência de um planejamento centralizado direto. Lange admitiu a necessidade de rever seu modelo em função da dinâmica econômica a longo prazo. Quanto aos argumentos de Hayek, não chamaram muito a atenção até recentemente, quando as dificuldades reveladas de desenvolvimento da produção e da produtividade nos países do bloco socialista e as transformações na ex-União Soviética (especialmente a Perestroika) colocaram outra vez tal questão na ordem do dia. Veja também Hayek, Friedrich August von; Lange, Oskar; Mises, Ludwig von; Perestroika; Planificação; Socialismo.

SOCIALISTA DE CÁTEDRA (*Kathedersocialisten*). Denominação dada a um grupo de jovens professores alemães de economia política por um jornalista liberal em 1972, e citada por Gustav Schmoller em seu discurso de abertura do Congresso de Eisenach no mesmo ano. Esses professores concordavam que existiam graves problemas sociais, mas que não poderiam ser resolvidos de acordo com as receitas da Escola de Manchester (dominante então na imprensa alemã), que recomendavam a mera aplicação do *laissez-faire*. Ao mesmo tempo, esses jovens economistas rejeitavam as concepções dos social-democratas sobre a possibilidade (ou conveniência) de mudanças revolucionárias violentas. Não aceitavam tampouco a doutrina de Lasalle sobre a "lei de bronze dos salários" ou o conceito de "mais-valia" de Marx. Suas concepções variavam desde uma postura favorável aos sindicatos (de trabalhadores) até a recomendação de intervenção estatal no setor industrial. Mas a maioria dos representantes dessa corrente era moderada em suas expectativas e cautelosa em suas propostas práticas. Os resultados da ação dos socialistas de cátedra se resumiram numa legislação fabril menos desfavorável aos trabalhadores, e na preparação do caminho para a adoção de um sistema de seguridade social compulsório. Após a década de 70 do século passado, quando essas controvérsias teóricas e políticas se desenvolveram, o termo "socialista de cátedra" (na

verdade, utilizado pelos que criticavam o grupo de economistas) caiu em desuso. Veja também *Escola de Manchester*; *Lei de Bronze dos Salários*; *Mais-valia*; *Marx*; *Schmoller, Gustav*.

SOCIALIZAÇÃO DAS PERDAS. Processo pelo qual uma empresa ou um governo procuram dividir por toda a sociedade perdas que, caso contrário, recairiam sobre uma empresa, um conjunto de empresas ou por todo um setor de atividade. Existem vários mecanismos mediante os quais esse objetivo pode ser alcançado. Um deles é o processo inflacionário, outro é o manejo das taxas de câmbio. Por exemplo, depois da crise de 1929, as desvalorizações cambiais no Brasil tiveram por resultado a socialização de perdas, que recairiam sobre a cafeicultura, como pode ser observado pelos seguintes dados:

	1914/18	19/21	22/29	30/31	32/39	40/45
Preço do café em libras	100	163,6	172,7	104,5	63,6	63,6
Taxa de Câmbio Real	100	77,3	106,6	153,5	225,1	269,3

Os dados acima permitem observar que, no período em que os preços internacionais do café estavam em elevação (até 1929), a cafeicultura usufruía desses preços, não necessitando de desvalorizações cambiais compensatórias. Depois de 1930, no entanto, a taxa real de câmbio cresceu expressivamente, mais do que compensando a enorme queda dos preços do café entre 1930 e 1945. Veja também *Capacidade para Importar*; *Relações de Troca*.

SOCIEDADE. População que habita determinado território e se articula de acordo com formas particulares de produção e reprodução, e com um conjunto de valores que definem seus padrões de comportamento, convivência e identidade cultural. Na caracterização e análise das sociedades e das conformações que ela tem tomado ao longo da história, destacam-se as formulações originais elaboradas por Auguste Comte, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.

SOCIEDADE AFLUENTE. Estágio de desenvolvimento econômico e social alcançado nos países altamente industrializados, segundo conceito popularizado por J.K. Galbraith. Caracteriza-se pela ampla sofisticação e elasticidade do consumo de massa, graças aos processos de economia de escala e ao aumento do poder aquisitivo da população. Para Galbraith, autor de *A Sociedade Afluente* (1958), a forma como ocorre a ampliação do consumo nessa sociedade é, contudo, um dos principais problemas para a eficiência produtiva: o consumo teria perdido seu processo autônomo, tornando-se um prolongamento da produção, transformada num fim em si mesma, e

não num meio de satisfazer as necessidades humanas. A aparente abundância revelada pelos altos níveis de consumo esconderia uma "miséria social", um desinteresse pelo bem público e uma qualidade de vida deficiente. Esse tipo de sociedade perderia o controle do próprio desenvolvimento e sua reprodução dependeria cada vez mais da ampliação da esfera pública. Veja também **Abundancismo; Consumidor, Soberania do; Consumo Conspícuo; Economia do Bem-estar; Galbraith, J.K.; Padrão de Vida.**

SOCIEDADE ANÔNIMA. Sociedade comercial formada por, no mínimo, sete sócios, sendo o capital de cada um representado pelo número proporcional de ações e sua responsabilidade limitada ao capital investido. Podem exercer qualquer tipo de atividade comercial, industrial, agrícola ou de prestação de serviços. Apenas as sociedades anônimas constituídas para atividades bancárias, seguradoras, montepios e afins devem receber autorização especial para funcionamento.

SOCIEDADE CIVIL. No âmbito do direito civil, trata-se de uma congregação de pessoas que se unem mediante uma contribuição monetária (capital) para efetivação de um negócio lucrativo. Nesse sentido, apresenta-se como o contrário de associação civil, que se caracteriza por não ter fins lucrativos. Nas ciências políticas, sociedade civil é um conceito que provém da filosofia iluminista e abrange o conjunto das relações sociais, particularmente as relações de propriedade. Nessa perspectiva, argumentava Rousseau: "O primeiro que, cercando um terreno, se lembrou de dizer 'Isto me pertence', e encontrou criaturas suficientemente simples para nele acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil". Na obra de Hegel, o conceito de sociedade civil liga-se a um "sistema de necessidades", que tem sua base na propriedade privada e nas relações jurídicas, relacionando a esfera econômica ao Estado. Seguindo um caminho aberto por Hegel, Marx via a sociedade civil como o conjunto das condições de existência material cuja anatomia tinha de ser encontrada na economia política. Com essa mesma visão, sentenciou Engels: "O Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, enquanto a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento decisivo". Essa mesma tese é aprofundada pelos dois pensadores em *A Ideologia Alemã*: "A sociedade civil é o verdadeiro palco da história". Isto é, a dinâmica social deveria ser buscada na vida econômica e na estrutura de classes, domínio da sociedade civil. Mais recentemente, a problemática da sociedade civil foi analisada por Antonio Gramsci até a exaustão. Para esse pensador marxista italiano, a sociedade civil engloba organizações políticas, sindicatos, corporações, que

constituem "o conteúdo ético do Estado". Ainda para Gramsci, embora a sociedade civil e a sociedade política (Estado) estejam estreitamente ligadas, existe entre ambas uma tensão dialética, pois por meio da sociedade política (Estado), uma classe mantém sua dominação sobre o conjunto da sociedade civil. No interior da sociedade civil, a dominação se faz por intermédio da ideologia, e não pela coerção, como no Estado. A resolução dessa contradição encontra-se na superação da sociedade política pela sociedade civil, quando esta abolir as classes e estruturar-se a partir da propriedade coletiva dos meios de produção.

SOCIEDADE CORRETORA. Instituição financeira que opera no mercado de valores e títulos, comprando, vendendo e administrando esses valores como representante dos investidores (pessoas físicas ou jurídicas).

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO. Sociedade comercial cujo capital é inferior ao estabelecido pelo estatuto social. Por isso, suas ações só podem ser nominativas ou endossáveis.

SOCIEDADE DE CONSUMO. Situação própria dos países altamente industrializados, caracterizada pela produção e pelo consumo ilimitado de bens duráveis, sobretudo artigos supérfluos. O próprio conceito de sociedade de consumo traz em si uma posição crítica, que se projetou nas análises econômicas, políticas e sociais da atualidade feitas a partir da década de 60. No final desse período, a onda de protesto juvenil que abalou a Europa Ocidental e os Estados Unidos tinha como um dos alvos principais a imposição consumista dos agentes industriais e comerciais. Nesse mesmo sentido, orientou-se o movimento e o modo de vida *hippie*, pautando-se pelo retorno a uma vida simples, despojada, grupal, em que os próprios consumidores fossem artífices dos objetos e produtos que satisfizessem suas necessidades básicas. Atualmente, a crítica à sociedade de consumo e ao consumismo que ela engendra, e do qual depende produtivamente, parte de uma análise das próprias características do capitalismo em sua fase monopolista: a mercantilização de toda a atividade humana e de suas necessidades materiais e espirituais. Nesse contexto, toda a ação produtiva e consumista tem como alvo o indivíduo, e não o grupo social. André Gorz, um dos mais veementes críticos da sociedade de consumo, afirma: "A sociedade capitalista madura permanece assim profundamente bárbara na medida em que não visa a nenhuma civilização da existência social e das relações sociais, a nenhuma cultura do indivíduo social, mas apenas a uma civilização do consumo individual. Mas, simultaneamente, a homogeneidade e os estereótipos

do consumo individual solicitado pelos oligopólios produzem esse indivíduo social particular para o qual sua sociabilidade aparece como acidental e estranha: o indivíduo de massa". Veja também **Consumo Conspícuo; Efeito Demonstração; Sociedade de Massas**.

SOCIEDADE DE INVESTIMENTO. Empresa financeira que atua no mercado a longo prazo, por meio do recebimento e aplicação de recursos. As sociedades de investimento trabalham com recursos do exterior (que repassam ao mercado interno), financiamentos de capital de giro, letras de câmbio, certificados de depósitos e outros títulos de longo prazo. A Sociedade de Investimento DL 1 401 é aquela que permite a investidores estrangeiros investir nos mercados financeiros e acionários no Brasil.

SOCIEDADE DE INVESTIMENTO DL 1 401. Veja **Sociedade de Investimento**.

SOCIEDADE DE MASSAS. Denominação aplicada às atuais sociedades capitalistas altamente desenvolvidas, na medida em que estariam apresentando tendência à homogeneização do comportamento, dos valores e das expectativas de todas as camadas sociais. A sociedade de massas seria a negação da sociedade de classes, na qual as desigualdades sociais geram formas diferenciadas de consumo e de aspirações. Na sociedade de massas, o nivelamento do consumo e dos modos de pensar resultaria da ação dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais e revistas), que reorientam as condições de decisão e atuação dos homens, mesmo havendo desigualdade de riquezas. Em consequência, desapareceram o caráter classista das reivindicações, a ênfase contestatória e a possibilidade de construir partidos revolucionários. Algumas correntes sociológicas, no entanto, consideram que essa caracterização é ideológica, sem correspondência na realidade social, servindo apenas para mascarar a existência das classes sociais. Reconhecem haver uma padronização de comportamento, gerando o que Marcuse chamou de "homens de uma só dimensão", mas isso derivaria de formas sofisticadas de dominação, reproduzidas constantemente pelo apelo consumista e pela cultura de massas. Veja também **Sociedade de Consumo**.

SOCIEDADE DISTRIBUIDORA. Instituição financeira cuja finalidade é revender e distribuir títulos e valores mobiliários, colocar junto ao público papéis sem cotação nas Bolsas de Valores e atuar no chamado setor primário de ações (lançamento de papéis novos nas Bolsas).

SOCIEDADE EM COMANDITA. Sociedade comercial, na qual um sócio ou alguns deles (sócios comanditários) participam apenas com o ca-

pital (capital comanditário), limitando-se a isso sua responsabilidade. Os outros (sócios solidários), entrando ou não com capital (capital comanditado), são responsáveis por todas as obrigações que a empresa assumir.

SOCIEDADE FABIANA. Associação inglesa de tendência socialista fundada em 1883-1884 e que propunha a reforma social por meio de mudanças graduais do sistema capitalista. Sua denominação deriva de Fábio Cunctator, nome pelo qual ficou conhecido Quinto Fábio Máximo Verrucoso (?-203 a.C.), general romano, famoso nas Guerras Púnicas pela tática empregada contra o exército cartaginês e que consistia basicamente em minar a resistência do adversário com ataques isolados e relâmpagos, do tipo utilizado pelos guerrilheiros modernos. Era composta fundamentalmente de brilhantes intelectuais, como Bernard Shaw e o casal Beatrice e Sidney Webb. Os fabianos rejeitavam por princípio a luta revolucionária e forneceram as bases ideológicas para a fundação do Partido Trabalhista inglês em 1900. Ao contrário de Marx, negavam o caráter de classe do Estado (consideravam-no um organismo neutro), bem como não aceitavam a análise marxista do capitalismo, particularmente quanto às crises econômicas. Em economia, seguiam basicamente o pensamento de John Stuart Mill. Achavam que as propriedades particulares deveriam ser socializadas por meio de leis, que ocorreria uma progressiva identidade de interesses entre trabalhadores e patrões e que o socialismo viria com o tempo, como resultado de consenso entre todos os segmentos da sociedade. O dever dos trabalhadores se resumiria em eleger o máximo possível de representantes no Parlamento para auxiliar nesse lento e longo processo de mudanças.

SOCIEDADE LIMITADA. Sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada: cada sócio responde apenas na medida de sua cota. Deve adotar uma razão social que explique, quanto possível, o objetivo da sociedade e seja sempre seguida pela palavra "limitada".

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Entidade civil criada em 1897 no Rio de Janeiro, com a finalidade de defender os interesses dos proprietários rurais e incrementar as atividades agropecuárias no Brasil. Edita a revista *A Lavoura*. Durante o governo do presidente João Goulart, teve papel destacado na luta contra a possível decretação de uma reforma agrária.

SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO. Instituições ligadas ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Financiam a compra e a construção

los públicos e para o redesconto de títulos privados.

TBC. Veja **TBAN**.

TBF (Taxa Básica Financeira). A Taxa Básica Financeira, criada pelo Conselho Monetário Nacional em junho de 1995, inseriu-se no plano de alongamento do prazo das aplicações financeiras, ocorrido após o Plano Real. O Banco Central é a instituição responsável pela divulgação do valor da TBF. A taxa pode ser utilizada como base de remuneração de operações realizadas no mercado financeiro com prazo igual ou superior a sessenta dias. Na mesma data de criação da TBF, o Conselho Monetário Nacional autorizou os bancos múltiplos com carteira comercial, os bancos comerciais e as caixas econômicas, a acolher os Depósitos a Prazo de Reaplicação Automática (DRAs). Esses depósitos devem observar o prazo mínimo de três meses, podem receber prêmio em função de seu prazo de permanência na conta e farão jus à remuneração baseada na TBF a cada intervalo de três meses. A remuneração será calculada sobre o menor saldo apresentado no período.

T-BONDS. Denominação dada aos bônus do Tesouro norte-americano de trinta anos, com taxas de juros muito baixas mas muito seguros (jamais deixaram de ser honrados); e costumeiro lugar de refúgio de investidores que rechaçam situações de risco quando a situação internacional está envolta em névoas de incerteza.

TEAM WORKER. Expressão em inglês que significa "equipe de trabalhadores" (time de empregados) e que, na administração moderna, equivale a um grupo de trabalhadores sem supervisor encarregados de realizar um conjunto diversificado de tarefas, tendo para isso certa autonomia para tomar decisões (microdecisões) quanto ao ritmo de trabalho, à programação da jornada etc.

TEAMSTERS. Veja **International Brotherhood of Teamsters**.

TEC. Iniciais da expressão *tarifa externa comum*, que significa o estabelecimento de uma tarifa comum para as importações de países assinantes de um acordo de integração econômica ou comercial como, por exemplo, o Mercosul. Veja também **Mercosul**.

TECHNOLOGICAL GAP. Literalmente, "brecha tecnológica". No caso de uma diferença em termos de desenvolvimento tecnológico entre dois países, costuma-se dizer que há uma *technological gap* entre eles, a qual pode estar aumentando, diminuindo ou mantendo-se estacionária.

TECHNOSTRESS. Termo relacionado com os estudos dos impactos da incorporação do progresso técnico sobre os trabalhadores e que consiste na incapacidade física e/ou psíquica de acompanhar as mudanças nos processos de trabalho trazidas pela introdução do computador.

TÉCNICA. Conjunto de processos mecânicos e intelectuais pelos quais os homens atuam na produção. Seu desenvolvimento constitui um índice de domínio do homem sobre a natureza e se manifesta por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos, dos objetos de trabalho e do próprio trabalhador: ferramentas, máquinas, matérias-primas, métodos de observação, controle e processos de interação entre o homem e o objeto de seu trabalho, manual ou intelectual. O nível de desenvolvimento técnico de uma sociedade determina seu grau de aproveitamento dos recursos naturais, a complexidade da divisão técnica do trabalho e a produtividade da mão-de-obra. Veja também **Automação**; **Produtividade**; **Revolução Industrial**; **Tecnologia**.

TÉCNICAS BAYESIANAS. Método de análise estatística no qual a informação *a priori* é formalmente combinada com dados amostrais para produzir estimativas ou *testes de hipóteses*. Essas técnicas permitem incluir impressões subjetivas e elementos teóricos na análise quantitativa.

TECNOCRACIA. Poder ou governo dos tecnocratas — os especialistas que nos setores privado e público controlam os mecanismos de direção, coordenação, previsão e reavaliação de decisões. Haveria um governo tecnocrático quando todas as decisões estivessem a cargo de especialistas e, a partir disso, a sociedade não estivesse mais sendo governada segundo os interesses ou as visões de grupos políticos, mas segundo critérios presumidamente objetivos e racionais. Já no século XIX, com a intensificação do desenvolvimento tecnológico e a complexidade dos processos produtivo e administrativo, manifestava-se a tendência de ascensão do papel da função técnica na sociedade. A postura técnica já se apresentava como algo cético, prático e impessoal. Para estudiosos da economia como J.K. Galbraith e André Gorz, a extrema valorização e o poder da tecnocracia na atualidade decorrem da intensificação da divisão social do trabalho e do processo de concentração do capital, dando origem às gigantescas empresas multinacionais e monopolistas. Nessas condições, impõe-se a necessidade de planejamento, controle e funcionários altamente especializados nos cargos de direção (enquanto nas condições do capitalismo liberal ou concorrencial, ou na pequena empresa, essas funções são tradicionalmente exercidas pelos empresários ou por membros de sua família). A mesma exigência colocou-se no âmbito

do Estado, quando ele passou a aumentar sua participação e seu dirigismo no campo das atividades produtivas. A eficiência e o bom funcionamento são básicos na existência desses organismos econômicos. Daí a valorização das funções técnicas de sua competência. Segundo alguns estudiosos do assunto, a visão que o tecnocrata tem da sociedade é a mesma que ele tem da empresa. Com isso, desconhece os grupos de pressão e os antagonismos sociais. Seu objetivo são a produtividade e a eficiência. Para André Gorz, a despolitização é a ideologia do tecnocrata: ele se comporta como se estivesse acima das classes sociais, tem um desempenho essencialmente antidemocrático e existe tanto nas atuais sociedades capitalistas como nas socialistas. Para Gorz, só a autogestão pode anular o poder da tecnocracia, na medida em que as decisões e a administração da produção se tornem funções do conjunto dos agentes sociais e econômicos. Há ainda os críticos que negam o poder e a interdependência da tecnocracia, sua autonomia em se pautar por interesses próprios, sem levar em conta a relação das classes sociais. Assim, no contexto dos negócios administrativos da empresa privada e do Estado, seu desempenho seria uma função que refletiria no global os interesses do conjunto ou de setores das classes dominantes, que procuram atingir seus objetivos mais gerais por meio de mecanismos políticos. Veja também **Autogestão; Burocracia; Gerencialismo; Tecnoestrutura**.

TECNOESTRUTURA. Conceito socioeconômico formulado por Galbraith, segundo o qual técnicos administrativos e especialistas de alto nível formariam um corpo dirigente estrutural no interior das grandes empresas modernas, capaz de deslocar o poder dos próprios acionistas donos do capital. Isso decorre do fato de a tecnoestrutura dominar as funções de informação e controle, atuando de forma coordenada e impessoal e visando menos à maximização dos lucros do que à eficiência produtiva. Veja também **Gerencialismo**.

TECNOLOGIA. Ciência ou teoria da técnica. Abrange o conjunto de conhecimentos aplicados pelo homem para atingir determinados fins. As inovações tecnológicas determinam, quase sempre, uma elevação nos índices de produção e um aumento da produtividade do trabalho. Embora o uso de conhecimentos tecnológicos na produção pressuponha uma adequação da mão-de-obra nela empregada (escolaridade, treinamento, experiência), não há uma relação direta entre as técnicas utilizadas pela sociedade e o conhecimento global dela por parte da força de trabalho. Além disso, o emprego de novas máquinas, de novas ferramentas, de novos métodos de organização e racionalização do trabalho nem

sempre representa vantagens para o processo produtivo. Chega a ser antieconômica ou desvantajosa socialmente a ocorrência de grande oferta de mão-de-obra barata e de baixo nível de instrução. Com isso, o ritmo e o emprego do progresso tecnológico variam conforme a sociedade, o nível de oferta e a demanda de bens e também a natureza da concorrência. Muitas vezes, a forma de organização de um sistema econômico é um obstáculo à utilização produtiva de novos inventos, à medida que isso contrarie os interesses dos controladores do sistema. É o caso do aproveitamento de fontes alternativas de energia, que poderiam substituir o petróleo, mas cujo uso contraria importantes interesses das grandes companhias internacionais que controlam o produto. O processo de inovação tecnológica não é um dado da sociedade moderna. Ele ocorreu desde a utilização da pedra como instrumento de trabalho na pré-história do homem e o emprego dos diversos metais nos agrupamentos humanos na Antiguidade. O progresso tecnológico intensificou-se a partir da Revolução Industrial, atingindo alto nível com o desenvolvimento da computação e a automação dos processos produtivos, chegando-se a falar que na atualidade ocorre uma "revolução tecnológica". Isso tem transformado profundamente a estrutura produtiva, o que se reflete na própria estrutura da sociedade, nos mecanismos de controle de dominação econômica, nos planos nacional e internacional. Neste último caso, destaca-se o domínio da tecnologia moderna (nuclear, de comunicações, astronáutica e de computação) pelos países industrializados em detrimento dos demais. Veja também **Automação; Inovação; Mecanização; Progresso; Revolução Industrial**.

TECNOLOGIA DE BASE. Conjunto de métodos industriais e inovações tecnológicas que permitem maior rendimento e produtividade à indústria de base (que extrai minérios e os transforma em matéria-prima). Veja também **Indústria de Base**.

TECNOLOGIA DE PONTA. Conjunto de métodos industriais e inovações tecnológicas que permitem maior rendimento e produtividade à indústria de ponta (que monta conjuntos de peças fornecidos por outras indústrias). Veja também **Indústria de Ponta**.

TELEFONVERKEHR. Veja **Amtlicher Markt**.

TELEMÁTICA. Termo constituído pela junção das palavras "telecomunicação" e "informática". Consiste na integração das atividades próprias de cada um desses processos. Por exemplo, um computador instalado na cidade A pode ser acionado por um terminal instalado na cidade B por meio de linhas de telefone ou de telex.